

Algo de novo e o Calha Norte

* 4 JUL 1993 P 1

O GLOBO
JOSE (SARNEY)

Não estamos vendo fantasmas ao meio-dia. A Amazônia sempre despertou uma grande fascinação. Para os brasileiros, no mistério das matas, das lendas, das águas. No exterior, pelo que ela pudesse representar, escondendo tesouros imensos, intocáveis, área aberta para receber gente e ambição de todo o mundo.

Nícia Vilela Luz, há 40 anos, descobria o plano do general James Watson Webb, ministro plenipotenciário de Washington, para que a Amazônia fosse destinada aos negros americanos, evitando que se repetissem as condições sócio-econômicas que levaram à Guerra de Secessão. Arthur Cezar Ferreira dos Reis, esse grande estudioso da área, falecido há poucos anos, estudou muito as garras da cobiça internacional naquele imenso território, 5.029.322 metros quadrados, a metade do Brasil.

Recordemos as companhias exploradoras do século XIX, dentre elas a Amazon River Corporation, com a finalidade de colonizar a Amazônia; e a tese japonesa de mandar para lá os filhos de americanos com japoneses durante a ocupação da Segunda Guerra. Lembremos o presidente Dutra, ao examinar a proposta americana de receber excedentes populacionais de Porto Rico; depois, o desejo de colocar ali os refugiados árabes da Palestina, 200 mil árabes. Vejamos o presidente Epitácio Pessoa, estarecido, ouvindo em Genebra a proposta do presidente Wilson de internacionalização da Amazônia. Recordemos a denúncia de Juarez Távora sobre as concessões dadas à Amazon Corporation of Delaware e à The Canadian Amazon Corporation Co. para extrair, com exclusividade, as riquezas da área. Lembremos as lutas do barão do Rio Branco para repelir as tentativas de invasões estrangeiras, vestidas do argumento de que o Brasil não tinha condições de explorar a região e de que a humanidade não podia ficar privada de desfrutar a Amazônia. E de nossos tempos a tentativa do grande Lago Amazônico do Hudson Institute, repelida pelo Brasil.

Assim, fomos nós brasileiros que preservamos a Amazônia. O mundo quis devastá-la, como o fez com as florestas do mundo inteiro. Hoje, se há uma preocupação mundial sobre a Amazônia, é porque nós soubemos preservá-la. Assim, preocupa quando verificamos essa constante concentração de tropas naquela área.

Quando assumi a Presidência, logo nos primeiros meses, maio de 85, éramos surpreendidos com a presença de uma coluna guerrilheira do M-19, grupo revolucionário da Colômbia, entrando em São Gabriel da Cachoeira, para abastecer-se. Para lá deslocamos tropas e os mandamos de volta. No país irmão, a luta contra o narcotráfico pressionava os barões produtores de coca que, acossados, eram empurrados para nosso território e cruzavam nossas fronteiras. Determinei que o Conselho de Segurança estudasse, imediatamente, um programa de defesa das nossas fronteiras

mortas e secas das vastas regiões amazônicas.

Foram identificados três espaços diferenciados: a faixa entre Tabaringa e Oiapoque, a orla ribeirinha dos Rios Solimões, Amazonas e seus afluentes, e o espaço interiorano. Estabelecemos a prioridade para as áreas das fronteiras de: Noroeste de Roraima e Norte do estado do Amazonas, com a Venezuela (ianomâmis); Alto Rio Negro, Noroeste do Amazonas, fronteira com a Venezuela e Colômbia; trecho do Tumucumaque, fronteira com o Suriname; Norte do Amapá, com a Guiana Francesa; trechos Norte e Leste de Roraima, fronteira com a República da Guiana.

Queríamos transformar estas linhas divisórias em fronteiras vivas, intensificar as relações bilaterais, estimular trocas comerciais, ter presença brasileira na área, ampliar a ação da Funai junto às populações indígenas, criar projetos especiais destinados a assistir às populações da região, enfim, um Plano de Desenvolvimento da Amazônia, sustentado, protegendo o meio ambiente e assegurando a soberania nacional naquelas imensidões.

Veio o Projeto Calha Norte. Caíram em cima dele, dizendo que se tratava de um projeto de militarização da Amazônia. Os grupos internacionais pegaram esse mote para denegrir o programa, evitando que ele caminhasse sem resistências e com apoios. Muitos brasileiros foram conquistados para essa tarefa anti-Brasil. A argumentação era de que a Amazônia, "pulmão do mundo", não podia ser militarizada. Na verdade, eles não queriam uma posição do Brasil firme, exercendo sua soberania e defendendo, isso sim, que sabem ser verdadeiro, o maior espaço da biodiversidade, banco genético de importância incalculável. Estes fatos nos levam a fazer uma junção do passado com o presente. No passado, desejavam que abrissemos a Amazônia para a ocupação internacional, agora protestam contra a abertura da Amazônia à presença brasileira.

O Projeto Calha Norte nada tem de militarização da Amazônia, ele é um braço do Projeto de Desenvolvimento Sustentado da Amazônia, comandado pelo Brasil.

Hoje, concentram-se, na Amazônia, forças americanas na Guiana e no Suriname, a Venezuela também o faz, e ninguém abre a boca para dizer que estão militarizando a Amazônia. Quando se fala na diminuição de efetivos e no esforço internacional para restringir forças armadas, é triste ver no nosso continente essa movimentação militar e nas proximidades de nossas fronteiras do Norte.

Por que os grupos ambientais que tanto gritaram contra o Calha Norte não falam, não protestam? Por que os grupos que tanto nos atacaram, sob o manto da catequese dos índios, estão calados?

Vamos manter a Amazônia em paz, como ela era, como nós brasileiros a trouxemos até hoje, defendendo-a da cobiça internacional e da internacionalização. Elas estão contidas, diminuíram ao máximo. O que, graças a Deus, não tivemos nem queremos ter ali é napalm e desfolhantes.